

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE PODA, CORTE E EXTRAÇÃO DE ÁRVORES**, com fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, equipamentos, ferramentas, veículos e equipamentos de proteção individual, para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras do Município de Itajaí, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

1.1. Tipo de objeto

(x) Serviço Comum

1.2. Especificações e quantidades

LOTE I - SMO

Qtd	Descrição Detalhada	Valor Mensal (unitário)	Valor 12 Meses
1	Encarregado – com CNH “C” mensalista 44 horas semanais	R\$ 10.797,59	R\$ 129.571,08
1	Podador – mensalista 44 horas semanais	R\$ 8.053,26	R\$ 96.639,12
2	Auxiliar – Servente – mensalista 44 horas semanais	R\$ 7.564,84	R\$ 181.556,16
1	Caminhão ¾ Máximo 5 anos – com cabine extra para transporte de passageiros - equipado com escada giratória - carroceria aberta. 100% Plotado – com arte da SMO. Motosserra – motor a gasolina – mínimo 2,30W	R\$ 18.690,49	R\$ 224.285,88
		Total	R\$ 632.052,24

LOTE II – CAC's

Qtd	Descrição Detalhada	Valor Mensal (unitário)	Valor 12 Meses
1	Encarregado – com CNH “C” mensalista 44 horas semanais	R\$ 10.797,59	R\$ 129.571,08
1	Podador – mensalista 44 horas semanais	R\$ 8.053,26	R\$ 96.639,12
2	Auxiliar – Servente – mensalista 44 horas semanais	R\$ 7.564,84	R\$ 181.556,16
1	Caminhão ¾ Máximo 5 anos – com cabine extra para transporte de passageiros - equipado com escada giratória - carroceria aberta. 100% Plotado – com arte da SMO. Motosserra – motor a gasolina – mínimo 2,30W	R\$ 18.690,49	R\$ 224.285,88
		Total	R\$ 632.052,24

Da Descrição Detalhada dos Serviços

1.2.1 Poda - Conferir à árvore uma forma adequada durante o seu desenvolvimento, eliminar ramos mortos, danificados, doentes ou praguejados; remover partes da árvore que colocam em risco a segurança das pessoas e retirar partes da árvore que interferem ou causam danos permanentes às edificações ou aos equipamentos urbanos, além de ser via de manutenção de paisagem;

1.2.1.1. Inclui-se ainda, quanto a atividade da poda:

a) Poda de Formação: Condiciona todo o desenvolvimento da árvore e sua adaptação às condições em que vai ser plantada definitivamente;

b) Poda de Condução: Visa-se, com esse método, conduzir a planta em seu eixo de crescimento, retirando os ramos indesejáveis e ramificações baixas, direcionando o desenvolvimento da copa para os espaços disponíveis, sempre levando em consideração o modelo arquitetônico da espécie. Busca-se ainda, compatibilização das árvores com os fios da rede aérea e demais equipamentos urbanos, prevenindo futuros conflitos;

c) Poda de Limpeza: Eliminação de ramos secos, senis e mortos, que perderam sua função na copa da árvore e representam riscos devido a possibilidade de queda e por serem foco de problemas fitossanitários. Também devem ser eliminados ramos ladrões e brotos de raiz, ramos doentes, praguejados ou infestados por ervas parasitas, além da retirada de tocos e

remanescentes de podas mal executadas.

d) Poda de Correção: Visa eliminar problemas estruturais, removendo partes da árvore em desarmonia ou que comprometam a estabilidade do indivíduo, como ramos cruzados, codominantes e aqueles com bifurcação em V, que mantém a casca inclusa e formam pontos de ruptura. Também é realizada com o objetivo de equilibrar a copa.

e) Poda de Adequação: É empregada para solucionar ou amenizar conflitos entre equipamentos urbanos e a arborização, como por exemplo, rede de fiação aérea, sinalização de trânsito e iluminação pública. É utilizada para remover ramos que crescem em direção a áreas edificadas, causando danos ao patrimônio público ou particular. Entretanto, antes de realizar essa poda, é importante verificar a possibilidade de realocação dos equipamentos urbanos que interferem com a arborização (troca de rede elétrica convencional por rede compacta, isolada ou subterrânea, deslocamento de placas e luminárias, redução da altura dos postes de iluminação, cerca elétrica, etc.).

f) Poda de Levantamento: Consiste na remoção dos ramos mais baixos da copa. Geralmente é utilizada para remover partes da árvore que impeçam a livre circulação de pessoas e veículos. É importante restringir a remoção de ramos ao mínimo necessário, evitando a retirada de galhos de diâmetro maior do que um terço do ramo no qual se origina, bem como o levantamento excessivo que prejudica a estabilidade da árvore e pode provocar o declínio de indivíduos adultos;

g) Poda de Emergência: É realizada para remover partes da árvore como ramos que se quebram durante a ocorrência de chuva, tempestades ou ventos fortes, que apresentam risco iminente de queda podendo comprometer a integridade física das pessoas, do patrimônio público ou particular. Apesar do caráter emergencial, sempre que possível deve ser considerado o modelo arquitetônico da árvore, visando um restabelecimento do desenvolvimento da copa e minimizando riscos posteriores;

h) Poda de Raiz: É A remoção de raízes aflorantes em pavimentos, principalmente de passeios públicos, bem como, exposição da raiz que, levando risco a estrutura ou imóvel, será cortada através da abertura manual e cuidadosa de uma valeta, através de serra bem afiada;

1.2.2 Corte: Realização de corte horizontal em tronco de árvores, incluindo-se em tal procedimento, as seguintes atividades, pré e pós corte:

1.2.2.1 Procedimentos Pré- Cortes:

a) Verificar se a direção de queda recomendada é possível e se existe riscos de acidentes, por exemplo, galhos quebrados pendurados na copa

b) Limpar o tronco a ser cortado. Cortar cipós e arvoretas e remover eventuais casas de cupins, galhos quebrados ou outros obstáculos situados próximos à árvore;

c) Fazer o teste do oco. Para certificar se a árvore está oca, o motosserrista introduz o sabre da motosserra no tronco no sentido vertical. Conforme a resistência de entrada, pode-se avaliar a presença e o tamanho do oco;

d) Retirar os pregos e plaquetas de alumínio que tenham sido colocados nas árvores durante o censo e transferi-los para a base da árvore (abaixo da linha de corte). A remoção é importante, uma vez que os pregos podem causar danos à serra fita durante o processamento da madeira;

e) Preparar os caminhos de fuga, por onde a equipe deve se afastar no momento da queda da árvore. Os caminhos devem ser construídos no sentido contrário à tendência de queda da árvore.

1.2.2.2 Procedimentos Pós-Cortes:

a) As atividades pós-corte consistem inicialmente em fazer o desponte (separar a copa do tronco) e dividir a tora em toras menores (traçamento).

a.1) Em seguida, o motosserrista deve observar se existem potenciais obstáculos ao guinchamento da tora como, por exemplo, arvoretas ou tocos no caminho. Caso existam, ele deve eliminá-los

1.2.3 Extração/ Destocamento de Tocos: operação de escavação e remoção dos tocos e raízes e da camada de solo vegetal;

1.2.4 Limpeza e Retirada de Resíduos: Após a execução das atividades de poda, corte ou extração de tocos, a CONTRATADA deverá realizar o amontoamento do material retirado, não sendo permitido, por razões ambientais e de segurança, a queima do mesmo. Ainda, deve ser compreendida a execução desta atividade:

a) Este material deve ser transportado dos montes originados pela ação da executada para depósito em locais adequados, que poderão ser indicados inclusive pelo fiscal de contrato,

sendo preferencialmente em áreas de empréstimos, ou outras, de materiais estéreis, onde o resíduo do material possa ser utilizado posteriormente como matéria orgânica;

1.2.5 O controle dos serviços indicados no tópico anterior, será feito por inspeção visual. A aprovação dos serviços, baseada no controle executado por qualquer das partes e confirmada pelo Fiscal de Contrato, não exime a CONTRATADA da responsabilidade final pela qualidade da execução dos serviços.

1.2.6. Nas execuções das atividades descritas nos itens 1.2.1 a 1.2.4, a Contratada deve observar:

a) Antes da execução da tarefa, deve-se realizar seu planejamento, identificando e analisando os riscos envolvidos, eliminando-os ou aplicando seus respectivos controles e/ou tomando providências cabíveis, dando especial atenção ao estacionamento do veículo e isolamento da área. O caminhão utilizado para o recolhimento de galhos não poderá transitar com pessoas na carroceria;

b) Caso haja dificuldades para estacionar o veículo em local apropriado à execução da tarefa, acionar as autoridades de trânsito competentes. Se existir algum veículo estacionado na área de trabalho, providenciar a sua retirada. É obrigatória a utilização de todos os EPIs e EPCs;

c) Visando eliminar riscos de escorregões e quedas, é vedado ao podador adentrar a árvore quando os galhos da mesma se encontrarem molhados. Neste caso, é obrigatório o uso de veículo com cesto aéreo ou escadas veiculares;

d) Devem ser conferidas as condições físicas da árvore, observando o estado físico do tronco (oco, podre, rachado, etc), rachaduras nas primeiras galhadas, existência de galhos secos ou mortos e galhos epicórmicos.

e) Compete a CONTRATADA, verificar a existência de elementos estranhos que ofereçam riscos, tais como vespas, abelhas, marimbondos, insetos nocivos e assemelhados. Em caso de existência de tais elementos, a contratada deverá providenciar sua retirada antes da execução do serviço;

f) As motosserras só devem ser operadas por profissionais habilitados e devidamente equipados com os EPI's necessários;

1.2.7. As tarefas de poda podem ser executadas a partir do solo, da árvore e através de escadas. Independentemente do tipo de poda a ser realizada, os seguintes cuidados devem ser tomados:

- a) Os podadores deverão sempre estar em contato visual e auditivo com o encarregado;
- b) Deverão ser utilizadas ferramentas de corte apropriadas;
- c) É proibido o contato dos podadores com qualquer tipo de condutor ou cordoalha;
- d) Os componentes da equipe que estiverem no solo não podem permanecer na trajetória dos galhos que estiverem sendo cortados;
- e) Para a descida dos galhos podados, deverá ser feita uma avaliação criteriosa das condições do local (trânsito de pedestres e veículos, componentes ativos da rede, patrimônio público/privado, etc.);
- f) Após a realização dos serviços, a contratada deverá providenciar em até 02 horas o recolhimento dos restos de poda, deixando livre a entrada de veículos, portões e passagem de pedestres;

1.3. Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.3.1. Os serviços desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4.1. O serviço é enquadrado como continuado uma vez que atende à necessidade permanente da Administração Pública, relacionada ao apoio logístico e operacional às atividades rotineiras da Secretaria Municipal de Obras – SMO, cuja interrupção comprometeria a regularidade e a eficiência da prestação dos serviços públicos, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, conforme consta no Estudo Técnico Preliminar.

Da aplicabilidade da Lei Municipal nº 7.785/2025

Em atendimento à Lei Municipal nº 7.785/2025, que dispõe sobre o tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas municipais, procedeu-se à análise de aplicabilidade de seus dispositivos ao objeto desta contratação.

O serviço em questão envolve execução contínua com equipe exclusiva e caminhão, demandando estrutura técnica e operacional que não se encontra disponível entre as microempresas ou empresas de pequeno porte locais, conforme apurado nas consultas de mercado realizadas.

Dessa forma, não é possível a aplicação de licitação exclusiva para ME/EPP, reserva de cotas ou subcontratação obrigatória, nos termos da Lei Municipal nº 7.785/2025.

Permanecem assegurados, contudo, os direitos gerais de participação e preferência previstos na legislação federal e municipal, observando-se os princípios da ampla competitividade e vantajosidade.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Justifica-se a necessidade da realização do Certame, tendo em vista que:

a) O Município de Itajaí possui inúmeras árvores, localizadas nas vias e prédios públicos, da qual, considerando seus portes, inclusive, necessitam de manutenção constante e contínuo, com a finalidade, principalmente, de se evitar que haja o crescimento desordenado de galhos, que podem, em muitos casos, trazer prejuízos decorrentes do contato desses com os fios de iluminação pública, gerando maiores prejuízos patrimoniais;

Ademais, a poda na arborização urbana visa basicamente conferir à árvore uma forma adequada durante o seu desenvolvimento, eliminando ramos mortos, danificados, doentes ou praguejados; remover partes da árvore que colocam em risco a segurança das pessoas e retirar partes da árvore que interferem ou causam danos permanentes às edificações ou aos equipamentos urbanos.

b) Demandas autorizadas pelo Órgão competente, de cortes e extrações de árvores – localizadas em bens públicos - cujos crescimentos, até mesmo de suas raízes, possam trazer dano patrimonial não só aos bens públicos, como também aos particulares. Por consequência, uma vez realizado o corte, a extração do “toco” se mostra tecnicamente essencial para a execução completa do serviço;

c) Este processo irá substituir o contrato 040/2025, tendo em vista que a empresa Contratada optou pela não renovação do mesmo.

3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

A referida contratação será realizada por Pregão Eletrônico.

O fornecedor será selecionado por meio da adoção do critério de julgamento pelo menor preço por lote.

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Tratando-se serviços continuados, o critério de aceitabilidade de preços será:

4.1.1. Menor preço: (☒) lote, estimado para a contratação, observando a Convenção Coletiva de Trabalho.

4.1.2. Regime de execução: () por preço unitário (☒) preço por lote

4.2. Serão exigidas amostras?

(☒) Não

4.3. Será exigida garantia de proposta?

(x) Não

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Habilitação jurídica (art. 62, inciso I);

Habilitação fiscal, social e trabalhista (art. 62, inciso III);

Qualificação técnica (art. 62, inciso II): Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante realizou serviços de poda arbórea com equipe e veículo, com pelo menos 1 equipe operacional. Informações mínimas no atestado: nome da pessoa jurídica que forneceu o atestado, com identificação da pessoa/cargo que assinou o documento; identificação do objeto; local e data;
- Comprovação de execução de serviços de poda arbórea urbana, com utilização de equipe operacional composta por operador/podador e auxiliares, com utilização de veículo para transporte de resíduos ou equipamentos, em **contrato ou serviço de natureza similar**, incluindo poda, corte ou manejo de árvores em vias públicas ou áreas urbanas

Qualificação econômico-financeira

- Apresentar Certidão negativa de efeitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, conforme inciso II, do artigo 69, da Lei 14.133/2021;

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Prazo de execução: O objeto deverá ser prestado diariamente, de forma continuada, de acordo com os horários de atendimento da SMO e dos CAC's.

Possibilidade de prorrogação (art. 107) respeitando a vigência máxima decenal, desde que as condições de preços permaneçam vantajosas a Administração.

6.2. Endereço do local de entrega, identificação da Secretaria/departamento responsável pelo recebimento, e horário:

- Pátio da Secretária Municipal de Obras: Rua José Pereira Liberato, nº 1899, bairro São João – Telefone 3348-0303

6.3. Garantia contratual: Será exigida garantia contratual, nos moldes do Arts 96 a 102 da Lei nº 14.133/21?

(x) Sim – garantia de 5%.

6.4. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica.

(x) Não

() Sim

7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Obrigações da Contratada:

- a) Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item;
- b) Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) Manter, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas;
- d) Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato;
- e) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados a Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- f) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- g) Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- h) Os equipamentos deverão estar devidamente identificados, com plotagem, especificando que estão a serviço da SMO, conforme padrão a ser apresentado pelo fiscal;
- i) Os serviços poderão ser deslocados para as demais regiões do Município, para atender as demandas de serviços da SMO e demais CACs;
- j) Os funcionários deverão estar devidamente uniformizados, com dizeres a Serviços da SMO, e todos os EPI's.
- k) A contratada deverá garantir a substituição imediata do caminhão ou das caçambas em caso de pane, acidente ou falha que impeça a continuidade do serviço, sem ônus adicional à Administração.

7.2. Obrigações da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada

Secretaria Municipal de Obras

Rua José Pereira Liberato, 1899 – Bairro São João

CEP 88.304-400 - Itajaí/SC Telefone: (47) 3228-7979 ou (47) 3348-0303

- na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
 - d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
 - e) observar para que durante a vigência da contratação sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
 - g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

8. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

8.1. A presente contratação será formalizada por:

- (x) Contrato administrativo – período de 12 meses a contar da assinatura do Contrato.
- () Ata de registro de preços.
- () Autorização de Fornecimento.

8.2. Gestão e Fiscalização:

Gestor:

Tarcizio Zanelato
Secretário de Obras
Matrícula: 957605

Fiscal de Gestão:

Lucia Regina Wuppel
Diretora de Gestão
Matrícula: 248903

Fiscal de Execução:

Rudnei Vieira
Gerente
Matrícula: 2688301

8.3. Gestão de Riscos:

A execução contratual estará sujeita à gestão de riscos, em conformidade com o Mapa de Riscos anexo a este Termo de Referência, elaborado conforme o art. 18, § 1º, inciso X, da Lei Federal nº 14.133/2021.

O gerenciamento dos riscos tem como objetivo identificar, monitorar e mitigar eventos que possam comprometer a execução contratual, em especial aqueles relacionados à indisponibilidade de veículos e equipamentos, atrasos na prestação dos serviços, substituição de pessoal e descumprimento de normas ambientais e de segurança.

A fiscalização do contrato deverá acompanhar periodicamente o plano de mitigação, verificando a adoção das medidas preventivas e corretivas previstas, bem como comunicando formalmente à contratada qualquer ocorrência de risco que impacte a continuidade dos serviços.

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Os serviços contratados serão recebidos provisoriamente a cada período de medição, mediante verificação inicial pelo fiscal designado.

9.2. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, revestida do aceite da autoridade competente e responsável pela Secretaria gestora, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicadas pelo Contratado em sua proposta comercial.

9.2.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.2.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.2.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.2.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. RECEBIMENTO

10.1. Os serviços contratados serão recebidos provisoriamente a cada período de medição, mediante verificação inicial pelo fiscal designado.

10.2. O recebimento provisório será formalizado por relatório técnico e planilha de medição, acompanhados da nota fiscal.

10.3. O recebimento definitivo ocorrerá até 5 (cinco) dias úteis após a verificação da conformidade e regularidade dos serviços, mediante termo de aceite.

10.4. Caso identificadas falhas, a contratada será notificada e deverá corrigir as irregularidades no prazo de 3 (três) dias úteis, sem prejuízo de penalidades.

10.5. O recebimento definitivo constitui condição indispensável para a liquidação e pagamento da fatura.

11. REAJUSTE

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

11.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. REPACTUAÇÃO

12.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado, conforme disposição contida no artigo 135 da Lei 14.133/2021.

12.2. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

12.3. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: conforme regulamentado na Lei 14.133/2021.

14. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 632.052,24** (seiscentos e trinta e dois mil e cinquenta e dois reais e vinte e quatro centavos), **POR LOTE**, conforme planilha orçamentária.

O valor total estimado para o certame é de R\$ 1.264.104,48 (um milhão duzentos e sessenta e quatro mil e cento e quatro reais e quarenta e oito centavos).

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas para o ano de 2026 correrão por conta da seguinte dotação: 435

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Paulo Ricardo da Silva
Responsável pela elaboração do TR

Tarcizio Zanelato
Secretário Municipal de Obras